

Controladoria-Geral
do Estado



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

PLANAGE

2021

Plano Anual de Auditoria



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

AUDITORIA GERAL DO ESTADO

Plano Anual de Auditoria

2021

Controladoria Geral do Estado

Controlador-Geral do Estado

Francisco Ricardo Soares

Chefia de Gabinete

Ricardo Tavares Fernandes

Subcontroladoria Geral do Estado

Ana Luiza Pereira Lima

Corregedoria Geral do Estado

Oswaldo Gomes de Souza

Ouvidoria e Transparência Geral do Estado

Rosângela Dias Marinho

Auditoria Geral do Estado

Silvia Martuscelli da Camara

Composição do Conselho Superior do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro- COSCIERJ

Membros Natos

Francisco Ricardo Soares Controlador-Geral do Estado

Ana Luiza Pereira Lima Subcontroladora-Geral do Estado

Silvia Martuscelli da Camara Auditora-Geral do Estado

Oswaldo Gomes de Souza Corregedor-Geral do Estado

Rosângela Dias Marinho Ouvidora-Geral do Estado

Membros Eleitos Efetivos

Guilherme Silva Andrada

Cristina Helena Marcelino

Carlos Henrique Sodré Coutinho

Rodrigo Xavier dos Santos Pinto

Luiz Ricardo Calixto

Membros Eleitos Suplentes

Carlos Roberto Pinto Alves

Eliane Moraes Magalhães

Raphael Zuza Nieto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. MARCOS ESTRATÉGICOS

3. DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

3.1 Da Estrutura Operacional

3.2 Dos Recursos Humanos

4. DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

4.1 Unidades Gestoras Componentes do Plano Anual de Auditoria

4.2 Unidades e Temáticas a Serem Auditadas

5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTA PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DA AUDITORIA

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria - PLANAGE, elaborado pela Auditoria Geral do Estado, macrofunção da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, abrange os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Indireta, com a finalidade de definir temas e metas a serem trabalhados no exercício, orientando as atividades de auditoria nos processos ligados diretamente à gestão administrativa e financeira do Estado.

Nesse sentido, este documento apresenta as informações necessárias ao planejamento e à operacionalização dos trabalhos de auditoria requeridas nas competências da AGE dispostas na Lei n.º 7.989, de 14 de junho de 2018, assim como a programação dos trabalhos para o exercício de 2021, e sendo considerados os planos, as metas, os objetivos, os programas, as políticas e as legislações aplicáveis ao Estado.

Além disso, para a elaboração do plano, foram consideradas as diretrizes da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (International Professional Practices Framework - IPPF), que é a base conceitual que organiza as informações oficiais promulgadas pelo The Institute of Internal Auditors, contendo as orientações mandatórias e as recomendações direcionadas aos profissionais de Auditoria Interna de todo o mundo.

A Auditoria Geral do Estado buscará, para o exercício de 2021, a elaboração da matriz de risco das unidades gestoras diretas e indiretas, com o intuito de introduzir os conceitos de controles internos definidos no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO.

Neste novo conceito estrutural, de modernidade e eficiência das atividades de auditoria, alia-se o SIAUDI - Sistema de Auditoria Interna, ferramenta informatizada que possibilitará, num primeiro momento, o monitoramento das recomendações emitidas no exercício. Além dos ganhos em eficiência, autonomia, celeridade e segurança de dados, o sistema disponibilizará informações gerenciais capazes de gerar índices,

possibilitando avaliar a produtividade e os possíveis pontos de melhoria e fortalecimento dos controles internos das unidades gestoras diretas e indiretas.

Outro dado importante é que o ciclo dos trabalhos iniciados em 2020 ficou comprometido com a situação de emergência decretada pelo Decreto n.º 46.973, de 16 de março de 2020, o qual estabeleceu medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública decorrentes do novo coronavírus, vetor da COVID-19. As medidas estabelecidas, de início temporárias, perduraram até o final do ano de 2020, fazendo com que ações fossem adotadas por esta AGE, uma vez que o trânsito estadual foi interrompido e os locais de trabalho fechados.

Dentre as ações adotadas, destacam-se: o teletrabalho, por meio do acesso remoto aos sistemas informatizados do Estado e a disponibilização de equipamentos aos auditores para que pudessem exercer suas funções, bem como a análise célere das despesas executadas pelo Estado por meio de Notas de Identificação de Riscos - NIR, que também nortearão os trabalhos a serem desenvolvidos no exercício de 2021, considerando que o estado de calamidade pública deve perdurar até o mês de junho/21.

A expectativa é de que os trabalhos de auditoria decorrentes da execução do Plano agreguem valor à gestão e propiciem a melhoria da eficácia dos resultados das Políticas Públicas, economicidade nas contratações e promoção da qualidade do gasto, fortalecendo a integridade na gestão e garantindo o aprimoramento dos controles internos.

Convém mencionar que são expedidas Ordens de Serviço para os trabalhos a serem realizados na AGE, nos termos da Resolução CGE n.º 41/2019, as quais dão origem aos produtos finais: Relatórios de Auditoria, Nota Técnicas (NT), Notas de Levantamento (NL), Notas de Consultoria (NC), Notas de Identificação de Riscos (NIR), Notas de Recomendação (NR), Relatórios de Recomendações Não Implementadas (RRNI), sendo que nos dois primeiros são emitidas opiniões, mediante realização de análises, nas NLs são reproduzidos os resultados levantados a partir de demandas externas sem que haja emissão de opinião conclusiva e as NIRs têm o objetivo de alertar os gestores acerca de possíveis inconformidades e/ou irregularidades decorrentes de seus atos e/ou assunção de despesas. Por fim, temos o RRNI o qual é remetido ao Senhor Governador e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ).

Outro ponto que merece destaque é a metodologia adotada para a elaboração das análises de auditoria que são: objetivo do teste, documentos necessários para execução da análise, execução do teste de auditoria, conclusão do procedimento realizado pela análise e a recomendação, caso haja inconsistência resultante da análise.

Devido ao estado de calamidade pública que ainda perdura, buscou-se por apresentar um planejamento com execução plausível levando-se em consideração os recursos humanos disponíveis e a capacidade operacional dos órgãos e das entidades. Assim, este Plano detalha as atividades por Área, demonstrando as unidades a serem auditadas, demonstrando os trabalhos em andamento e os que serão iniciados em 2021.

Este Plano Anual de Auditoria foi apresentado ao Controlador-Geral do Estado, nos termos do item IX do art. 23 da Resolução CGE n.º 61, de 14 de setembro de 2020, antes de ser submetido ao Conselho Superior do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro - COSCIERJ, conforme estabelece o item 10 do art. 10 da Lei n.º 7.989/2018.

2. MARCOS ESTRATÉGICOS

São as escolhas, os sinais e os limites regulatórios onde se estabelecem as diretrizes acerca da missão, do negócio, da visão do futuro, dos valores, dos fatores críticos, de sucesso e da política de qualidade que vão nortear as ações da instituição. São marcos da Controladoria Geral do Estado:

Missão

Promover o aperfeiçoamento do controle interno, a transparência e participação da sociedade na gestão dos gastos públicos.

Visão

Ser reconhecido pelo cidadão como órgão indutor de um programa de controle interno ético, transparente e de combate à corrupção.

Valores

Ética; Integridade; Transparência; Compromisso com o Cidadão; Moralidade; Profissionalismo

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Fatores críticos de sucesso são os pontos chaves que abrem lacunas entre as metas de controle estabelecidas e os resultados esperados. Quando bem identificados, é possível definir as estratégias que permitirão garantir o desenvolvimento da instituição e seus objetivos permeando falhas potenciais. Em contrapartida, quando esses fatores críticos são ignorados, contribuem para o aumento do risco inerente e consequente frustração desses objetivos.

Como estratégia, a Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro buscará como modelo as **Três Linhas de Defesa** para o gerenciamento de riscos e controles. Tal modelo consta na Declaração de Posicionamento dos **Institutos dos Auditores Internos do Brasil - IIA** e na **Instrução Normativa n.º 03/2017 do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União** e tem por objetivo prover um modelo simples e efetivo para o esclarecimento dos papéis e das responsabilidades essenciais no gerenciamento de riscos e controle:

Na **1ª LINHA DE DEFESA**, gestão operacional, estão as funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos, são os responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles. Também tem a atribuição de identificar, de avaliar, de

controlar e de reduzir os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas, procedimentos internos e garantindo que as atividades estejam com as metas e objetivos. Estas funções devem ser de **responsabilidade dos dirigentes do órgão ou da entidade** da estrutura organizacional do Poder Executivo.

Na **2ª LINHA DE DEFESA**, gerenciamento de riscos e conformidade, estão as funções que supervisionam os riscos e são responsáveis por: (i) ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa; (ii) apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades e estabelecer metas para implementação; (iii) auxiliar no desenvolvimento de processos e controles para gerenciar riscos; (iv) fornecer orientações e treinamentos sobre processos de gerenciamento de riscos; (v) facilitar e monitorar a implementação de práticas eficazes de gerenciamento de riscos por parte da gerência operacional - 1ª Linha de Defesa; (vi) monitorar a adequação e a eficácia do controle interno, a conformidade com as leis e regulamentos e a resolução oportuna de deficiências. Estas funções devem ser de **responsabilidade dos departamentos do órgão ou da entidade**.

Na **3ª LINHA DE DEFESA**, auditoria interna, está a função de avaliações abrangentes, independentes e objetivas sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e controle. Esta função é de responsabilidade da Auditoria Geral do Estado.

No modelo da Três Linhas de Defesa, o controle da direção do órgão ou da entidade é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. As diversas linhas de controle de riscos e a supervisão de conformidades (área de risco, comitê de risco etc.), estabelecidas pela gerência são a segunda linha de defesa, enquanto a avaliação independente, a ser feita pela AGE, funciona como a terceira linha de defesa.

Salienta-se, por oportuno, que as linhas de ação apresentadas são sugestões para a atividade de auditoria e controle interno e, em função disso, não têm a pretensão de esgotar os assuntos, passíveis de análise, pelas unidades responsáveis por tal tarefa, devendo ser adaptadas à realidade de cada ente, a fim de que incorporem a legislação específica e as peculiaridades de cada gestão.

Nesse sentido, a Auditoria Geral do Estado buscará no ano de 2021 implementar a Auditoria Preventiva tendo como foco à economicidade nas contratações. Para isso irá elaborar normas e capacitará os integrantes das Unidades de Controle Interno dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual.

3. DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO

3.1 Da Estrutura Operacional

O art. 1º do Decreto n.º 46.590, de 27 de fevereiro de 2019, institui a estrutura operacional da Auditoria Geral do Estado, a qual conta com 76 servidores, e é responsável pela coordenação geral, orientação normativa, supervisão técnica e realização de atividades de auditoria ligadas ao Controle Interno no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

A estrutura da AGE é formada por: i) 1 área de Assessoria ao Gabinete; ii) 5 Superintendências finalísticas, cuja finalidade é a atuação por temática (Saúde, Educação, Infraestrutura, Economia e Segurança); iii) 1 área de qualidade do gasto, para realização do cruzamento de dados, mediante trilhas de auditoria; iv) a área de relacionamentos com órgãos externos para executar as demandas referentes ao Tribunal de Contas do Estado; v) 1 Superintendência para Acompanhamento das Contas do Governo sendo estruturada.

A seguir, apresentamos o Quadro 01 com as atividades de cada área da AGE:

Quadro 01: Descrição das atividades por áreas da AGE

ÁREA	SIGLA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
Assessoria Especial	ASSAGE	Responsável pela assessoria direta da Auditora-Geral do Estado e pelas demandas de auditorias especiais do Gabinete do Controlador.
Assessoria de Planejamento, Capacitação, Normas e Técnicas	ASCNT	Responsável pelo planejamento global e o monitoramento dos trabalhos das Superintendências, acompanhando processos de capacitação e revisando de as normas técnicas voltadas para a AGE e para as UCIs.
Superintendência da Área Social 1	SUPSOC1	Executa a programação anual de auditoria da AGE nas secretarias vinculadas as áreas de Saúde, Turismo, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e monitorará as UCIs relativas a essas secretarias.
Superintendência da Área Social 2	SUPSOC2	Executa a programação anual de auditoria da AGE nas secretarias vinculadas as áreas de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte, Lazer e Juventude e monitorará as UCIs relativas a essas secretarias.
Superintendência da Área Econômica	SUPECO	Executa a programação anual de auditoria da AGE nas secretarias vinculadas as áreas de Planejamento, Orçamento, Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, e monitorará as UCIs relativas a essas secretarias.
Superintendência da Área de Infraestrutura	SUPINF	Executa a programação anual de auditoria da AGE nas secretarias vinculadas as áreas de Obras, Habitação, Transportes, Meio ambiente e Agricultura, Pecuária e Pesca e monitorará as UCIs relativas a essas secretarias..
Superintendências de Políticas Setoriais	SUPSET	Executa a programação anual de auditoria da AGE nas secretarias vinculadas as áreas de Segurança Pública, Administração Penitenciária, Defesa Civil e órgãos vinculados ao Governador e monitorará as UCIs relativas a essas secretarias..
Superintendência de Relação com Órgãos Externos	SUPEXT	Concentra toda a demanda de relação com o TCE-RJ e com o MPE, bem como questões processuais com outros órgãos de controle, processando demandas de Tomada de Contas Especiais, transferências voluntárias e prestações de contas.
Superintendência para Acompanhamento das Contas de Governo	SUPGOV	Executa o acompanhamento da execução orçamentária, financeira e fiscal e das determinações do TCE/RJ para os órgãos e entidades do poder executivo.
Superintendência da Qualidade do Gasto Público	SUPQUA	Atua em ações de auditoria transversais nas secretarias, com a finalidade de reduzir as despesas de custeio, utilizando bases de dados, trilhas de auditoria, e outros trabalhos específicos, focando em licitações, contratos e despesas de pessoal, bem como material de expediente, consumo, contratos de terceirização.

Fonte: Elaboração Gab/AGE, 2021.

3.2 Dos Recursos Humanos

A AGE possui 76 servidores, distribuídos pelas áreas, conforme relação exposta no Quadro 02 a seguir:

Quadro 02: Distribuição dos Recursos Humanos

SETOR	AUDITOR	ESPECIALISTA	APOIO ADMINISTRATIVO	TOTAL
GAB/AGE	2	-	2	4
ASCNT	5	1		6
SUPECO	5	-	-	5
SUPGOV	3			3
SUPSOC2	5	-	-	5
SUPSOC1	5	-	-	5
SUPINF	4	2	-	6
SUPSET	5	-	-	5
SUPQUA	4	2	-	6
SUPEXT	31	-	-	31
TOTAL	69	5	2	76

Fonte: Elaboração Gab/AGE, 2021.

4. DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

O Plano Anual de Auditoria - PLANAGE tem por finalidade básica enumerar, quantificar e estabelecer, segundo uma ordem de prioridades, a execução dos trabalhos de auditoria programados, enfocando os aspectos contábeis, financeiros, patrimoniais, operacionais, suprimentos de bens e serviço, de recursos humanos e outras atividades de gestão.

Desta forma, e em consonância com as competências legais da CGE, buscou-se agregar às atividades avaliativas da Auditoria Geral do Estado em Projetos para facilitar a disseminação, destacados na presente programação, o Projeto Auditoria Permanente de Contratos (APC), Temas Relevantes (TR), Avaliação de Passivos Anteriores (APA), Trilhas de Auditoria (Trilhas), Contas de Governo (COG), Redução do Estoque Processual (REP), Certificação (CER), o Monitoramento (MON) e Auditorias Especiais (AE).

Tais projetos encontram-se correlacionados com os objetivos programados para o exercício de 2021, no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Relação dos Projetos e dos Objetivos

PROJETO	SIGLA	OBJETIVO	ÁREAS ENVOLVIDAS
Auditoria Permanente de Contratos	APC	Tem por objetivo a realização de auditoria em temas relevantes, para atacar os pontos principais do governo e de forma a subsidiar os secretários e o governo central, dialogando com as demandas do cidadão.	SUPSOC1, SUPSOC2, SUPECO, SUPINF e SUPSET
Temas Relevantes	TR	Tem por objetivo a realização de auditoria em temas relevantes, para atacar os pontos principais do governo e de forma a subsidiar os secretários e o governo central, dialogando com as demandas do cidadão.	SUPSOC1, SUPSOC2, SUPECO, SUPINF e SUPSET
Avaliação de Passivos Anteriores	APA	Visa avaliar os Passivos Anteriores (Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores) de modo a mitigar o risco de pagamentos indevidos, em duplicidade ou fora da ordem cronológica, tendo em vista a materialidade dos valores evidenciados nos Demonstrativos Financeiros.	SUPSOC1, SUPSOC2, SUPECO, SUPINF e SUPSET

Projeto Trilhas de Auditoria	TRILHAS	Visa realizar cruzamento de dados com intuito de promover a economicidade e qualidade do gasto nas áreas de custeio, pessoal e licitações e contratos.	SUPQUA
Monitoramento	MON	Tem por objetivo verificar a aplicação das recomendações emitidas pela CGE em auditorias anteriores.	AGE
Contas de Governo	COG	Visa realizar o acompanhamento ao longo do exercício e emitir opinião conclusiva a partir de uma visão sistêmica e ampla das políticas públicas implementadas.	CONTAS DE GOVERNO
Redução do Estoque Processual	REP	Visa atender à demanda do TCE, MP e outras de caráter processual.	SUPEXT
Certificação	CER	Visa certificar as Prestações de Contas Anuais a partir de uma visão colaborativa entre as áreas finalísticas e a área processual de modo a apresentar os trabalhos executados ao longo do exercício pela AGE, conferindo uma visão de acompanhamento efetivo.	SUPEXT
Auditorias Especiais	AE	Visa atender às demandas extraordinárias oriundas da Ouvidoria e Transparência Geral do Estado, do Controlador ou do Governador.	SUPSOC1, SUPOSOC2, SUPSET, SUPECO, SUPINF e SUPQUA

Fonte: Elaboração Gab/AGE, 2021.

4.1 Unidades Gestoras Componentes do Plano Anual de Auditoria

As unidades gestoras responsáveis pela execução do orçamento estadual compõem o Plano Anual de Auditoria 2021, num total de 128, sendo 35 unidades da administração direta, 58 unidades da administração indireta e 35 fundos estaduais e estão detalhadas no Quadro

Quadro 4: Unidades Gestoras do Poder Executivo Estadual

CÓDIGO	SECRETARIAS DE ESTADO	SIGLA
060100	Gabinete de Segurança Institucional do Estado do Rio de Janeiro	GSI
070100	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras	SEINFRA
080100	Vice-Governadoria	VICE-GOV
090100	Procuradoria Geral do Estado	PGE
110100	Defensoria Pública Geral do Estado	DPGE
130100	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento	SEAPPA
140100	Secretaria de Estado da Casa Civil	SECC
150100	Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa	SECEC
160100	Secretaria de Estado de Defesa Civil	SEDEC
170100	Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude	SEELJE
180100	Secretaria de Estado de Educação	SEEDUC
200100	Secretaria de Estado de Fazenda	SEFAZ
210100	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	SEPLAG
220100	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais	SEDEERI
240100	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade	SEAS
250100	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	SEAP
260400	Secretaria de Estado de Polícia Civil	SEPOL
261100	Secretaria de Estado de Polícia Militar	SEPM
300100	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda	SETRAB
290100	Secretaria de Estado de Saúde	SES
310100	Secretaria de Estado de Transportes	SETRANS
400100	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	SECTI
430100	Secretaria de Estado de Turismo	SETUR

490100	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos	SEDSODH
500100	Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro	CGE
530100	Secretaria de Estado de Cidades	SECID
540100	Secretaria Extraordinária de Representação do Governo em Brasília	SERGB
570100	Secretaria de Estado de Governo	SEGOV
	SUBSECRETARIAS DE ESTADO	
210600	Subsecretaria Militar	SSM
390100	Subsecretaria de Comunicação Social	SUBCOM
	AUTARQUIAS	
243100	Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura	IEEA
213200	Instituto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	RIOMETROPOLE
263100	Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro	DETRAN-RJ
403200	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro	PRODERJ
203100	Loteria do Estado do Rio de Janeiro	LOTERJ
173100	Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro	SUDERJ
123400	Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro	RIOPREVIDENCIA
263200	Instituto de Segurança Pública	RIOSEGURANCA
043400	Agência Reguladora Serv Público de Transp Aquav, Ferrov, Metrov e Rodov do ERJ	AGETRANSP
223200	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	JUCERJA
043500	Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio de Janeiro	AGENERSA
353100	Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro	DRM
213600	Proteção e Defesa do Consumidor	PROCON-RJ
243200	Instituto Estadual do Ambiente	INEA
293100	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro	IASERJ
313300	Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro	DETRO-RJ

053100	Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro	IPEM-RJ
133100	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro	ITERJ
	FUNDAÇÕES	
134100	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	FIPERJ
124100	Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa, Formação de Servid Públic	CEPERJ
154100	Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro	FUNARJ
154300	Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro	FTMRJ
154400	Fundação Museu da Imagem e do Som	FMIS
124200	Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro	RJPREV
294200	Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro	FSERJ
254100	Fundação Santa Cabrini	FSCABRINI
404100	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	FAPERJ
404300	Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ
404400	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro	FAETEC
404500	Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF
404600	Fund Centro de Ciênc e Educ Sup à Distância do Estado do Rio de Janeiro	CECIERJ
404700	Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste	UEZO
324200	Fundação Leão XIII	FLXIII
424100	Fundação para a Infância e Adolescência	FIA-RJ
044100	Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro	DER-RJ
	EMPRESAS PÚBLICAS E DE ECONOMIA MISTA	
	Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.	AgeRio
070200	Companhia Estadual de Águas e Esgotos	CEDAE
215100	Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro	IO
045200	Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro	EMOP
197100	Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro	CEHAB-RJ

135300	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro	EMATER
135400	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro	PESAGRO
137100	Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro	CASERJ
137200	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro	CEASA
227100	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro	CODIN
297100	Instituto Vital Brazil	IVB
317100	Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro	CODERTE
317200	Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística	CENTRAL
317300	Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro	RIOTRILHOS
437100	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro	TURISRIO
215300	Empresa Estadual de Viação - Em Liquidação	SERVE EL
	Centrais Elétricas Fluminenses S.A. - Em Liquidação	CELF EL
	Banco de Desenvolvimento do ERJ S/A - Em Liquidação Ordinária	BD-RIO EL
	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do ERJ S.A. - Em Liquidação	DIVERJ EL
217100	Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - Em liquidação	METRO EL
217200	Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro - Em Liquidação	CTC-RJ EL
217300	Companhia Fluminense de Trens Urbanos - Em liquidação	FLUMITRENS EL
207100	Companhia Fluminense de Securitização S.A.	CFSEC EL
	FUNDOS	
196200	Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social	FEHIS
096100	Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro	FUNPERJ
116100	Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	FUNDPERJ
136200	Fundo Estadual de Defesa Agropecuária	FUNDEAGRO
146400	Fundo Estadual de Fomento à Operação Segurança Presente	FEFOSP
156100	Fundo Estadual da Cultura	FEC
166100	Fundo Especial do Corpo de Bombeiros	FUNESBOM
206100	Fundo Especial de Administração Fazendária	FAF

216100	Fundo Especial do Depósito Público	FUNDEP
216400	Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro	FUSPRJ
226100	Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses	FREMF
226200	Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado p/ Empreendedores	FEMPO
476100	Fundo Especial de Apoio a Programas de Proteção e Defesa do Consumidor	FEPROCON
240400	Fundo Estadual de Conservação Ambiental	FECAM
246300	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	FUNDRHI
256100	Fundo Especial Penitenciário	FUESP
266100	Fundo Especial da ACADEPOL	ACADEPOL
266200	Fundo Especial da Polícia Civil	FUNESPOL
266400	Fundo Especial da Secretaria de Segurança Pública	FUNESSP
266500	Fundo Especial da Polícia Militar	FUNESPOM
266600	Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenv Social	FISED
296100	Fundo Estadual de Saúde	FES
306100	Fundo Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária	FEFEPS
306200	Fundo do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro	FTRJ
316100	Fundo Estadual de Transportes	FET
406100	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	FATEC
406200	Fundo para as Ciências do Estado do Rio de Janeiro	FUNCIERJ
326400	Fundo para a Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	FUPDE
426100	Fundo para a Infância e Adolescência	FFIA
486100	Fundo de Prevenção, Fiscalização e Repressão a Entorpecentes	FESPREN
496420	Fundo Estadual da Pessoa Idosa	FUNDEPI
326100	Fundo Estadual de Assistência Social	FEAS
506100	Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Estado do Rio de Janeiro	FACI-RJ
196100	Fundo de Terras do Estado do Rio de Janeiro	FUNTERJ
216500	Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana	FDRM

210700	Departamento Geral de Ações Socio-Educativas	DEGASE
180300	Conselho Estadual de Educação	CEE
370100	Encargos Gerais do Estado sob a Supervisão da SEPLAG	EGE/SEPLAG
370200	Encargos Gerais do Estado sob a Supervisão da SEFAZ	EGE/SEFAZ
240200	Unidade Executora do PSAM	UEPSAM

Fonte: SIAFERIO, 2021.

4.2 Unidades e Temáticas a Serem Auditadas

No exercício está programada a realização das seguintes auditorias:

Quadro 5: Auditorias

Temática	Unidade	Superintendência	Fonte
TR Bens Imóveis	Transversal*	SUPECO	Em andamneto
TR Promuni RP	SES/SEFAZ	SUPECO	Em Andamento
TR Barreira Fiscal**	SEFAZ	SUPECO	Planejamento não executado no exercício anterior
APC locação de carro blindado	SEDRIA	SUPECO	Em andamento
APC	CASA CIVIL	SUPECO	Em Andamento
AE		SUPECO	Por demanda do Controlador
Monitoramento das Recomendações		SUPECO	
Contas do Governador	ERJ	SUPGOV	Previsão normativa
TR OS	FS	SUPSOC 1	Relevância da Política pública
APC	TURISMO	SUPSOC1	Relevância e Matrialidade

AE Almoarifado Hospital de Campanha	SES	SUPSOC 1	Demanda Controlador
Monitoramento das recomendações		SUPSOC 1	
TR - Incentivos Fiscais	SEELJE/SECEC	SUPSOC 2	Planejamento não executado no exercício anterior
APC	SECTI (HUPE)	SUPSOC 2	Planejamento não executado no exercício anterior
TR Manut. escolas	SEEDUC	SUPSOC2	Em andamento
APC	FAETEC	SUPSOC 2	Materialidade e relevância
AE Lei Aldir Blanc	SECEC	SUPSOC 2	Demanda do Controlador
Monitoramento das recomendações		SUPSOC 2	
TR Serijos Aquaviários	AGENERSA	SUPINF	Em andamento
APC Remoção e guarda de veículos	DETRO	SUPINF	Em andamento
APC Obras de restauração, drenagem etc	DER	SUPINF	Planejamento não executado no exercício anterior
APA RP e DEA	a definir	SUPINF	Planejamento não executado no exercício anterior
Monitoramento das recomendações		SUPINF	
TR Barreira Fiscal**	SEGOV	SUPSET	Planejamento não executado no exercício anterior
TR Dívida Ativa	PGE	SUPSET	Materialidade e Relevância
APC	SEAP	SUPSET	Rotação de ênfase
TR legado da intervenção	SEPOL/SEPM/ SEDEC/SEAP	SUPSET	Em andamento
AE		SUPSET	Demanda Controlador
Monitoramento das recomendações		SUPSET	
TRILHAS - Custeio Combustível/água/papel	ERJ	SUPQUA	Planejamento não executado no exercício anterior
TRILHAS - Pessoal	ERJ	SUPQUA	Planejamento não executado no exercício anterior
AUDITORIA - TI Sistemas	ERJ	SUPQUA	Planejamento não executado no exercício anterior
TRILHAS - Licitação e contratos	ERJ	SUPQUA	Planejamento não executado no exercício anterior
Monitoramento gastos c/ pessoal	ERJ	SUPQUA	Planejamento não executado no exercício anterior
Projeto de Automatização Acompanhamento dos índices	ERJ	SUPQUA	Previsão normativa
Monitoramento das recomendações		SUPQUA	
CER PCA	ERJ	SUPEXT	Previsão normativa
CER PC Contratos, Convênios, BP e AL	ERJ	SUPEXT	Previsão normativa por demanda
CER TC / TCE	ERJ	SUPEXT	Previsão normativa por demanda
Monitoramento das recomendações		SUPEXT	

Fonte: Elaborado Gab/AGE, 2021

LEGENDA:

APC - Auditoria Permanente de Contratos

TR - Temas Relevantes

APA - Avaliação de Passivos Anteriores (RP e DEA)

CER - Certificação

*Transversal - inclui realização de testes de auditoria em diversas unidades

**O TR Barreira Fiscal será executado em parceria pela SUPECO e SUPSET

5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTA PARA O FORTALECIMENTO DA ATIVIDADE DE AUDITORIA

Estão previstas ações de capacitação com vários temas de interesse, como: otimização dos fluxos de processos e procedimentos; planejamento de auditoria; mapeamento e gestão de riscos; gestão e fiscalização de contratos, economicidade nas contratações, tudo consoante o levantamento das necessidades de capacitação para o exercício de 2021 e a parceria com a Escola de Contas do TCE/RJ.

As atividades de treinamento/capacitação, fora da grade da Escola de Contas, em caráter especial, estão condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira da CGE.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que o planejamento das atividades da Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, presente neste PLANAGE - 2021, obedece às normas de elaboração e acompanhamento, com o propósito de evidenciar o grau de comprometimento ético e funcional o qual encontramos submetidos.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Controle Interno objetivam a execução de suas atribuições com o fito de efetuar um trabalho de caráter preventivo e consultivo, colaborando para a redução das possibilidades de erros e eliminação de atividades que não agregam valor ao Estado.